

# Nota Informativa

## Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao 5º bimestre de 2024

25 de novembro de 2024

### 1. RESUMO

O Poder Executivo publicou, na sexta-feira passada, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) relativo ao 5º bimestre de 2024. Alguns destaques deste RARDP são:

- Projeção para as receitas primárias diminui R\$ 2,1 bilhões em relação ao bimestre anterior, ao passo que a projeção para as despesas primárias diminuiu R\$ 7,3 bilhões, já contabilizado o valor indicado para bloqueio;
- Bloqueio total de despesas alcança R\$ 19,3 bilhões, o equivalente a um incremento de R\$ 6,0 bilhões em relação ao último relatório;
- Projeção para o déficit primário passou de R\$ 68,8 bilhões (0,6% do PIB) para R\$ 65,3 bilhões (0,6% do PIB);
- Abatimentos da meta de resultado primário diminuíram de R\$ 40,5 bilhões, no RARDP de setembro, para R\$ 36,6 bilhões, agora;
- Contingenciamento continuou a não ser considerado necessário, como já havia ocorrido no RARDP de setembro;
- Contenção total da despesa, ao se considerarem os bloqueios e contingenciamentos, cresceu R\$ 6,0 bilhões (mesmo montante do incremento do bloqueio).

### 2. PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS PROJEÇÕES

#### Parâmetros macroeconômicos

PÁGINA 1 DE 6

As novas projeções do Poder Executivo apontam para parâmetros praticamente inalterados em relação à projeção de crescimento real do PIB em 2024. A previsão, que em setembro era de 3,21%, passou para 3,25% na avaliação do 5º bimestre. Por sua vez, a projeção para a inflação deste ano foi novamente ampliada: de 4,25% em julho para 4,40%, aproximando-se ainda mais da margem superior de tolerância da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional, que é 4,5%.

### Receitas Primárias

A projeção para as **receitas primárias apresentou redução de R\$ 2,1 bilhões**, mantendo um patamar de 23,2% do PIB. Os principais fatores são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Principais variações na receita em relação ao bimestre anterior

Receita	Justificativa	Diferença (milhões)
Imposto sobre as Importações	Variação do câmbio e aumento na arrecadação	R\$ 2.439,7
Imposto sobre Produtos Industrializados	Variação do câmbio e aumento na arrecadação	R\$ 2.748,9
Outras Receitas Administradas	Baixa recuperação de créditos tributários em litígio associados às transações resolutivas de litígios.	- R\$ 6.346,6
COFINS	Aumento na arrecadação	R\$ 6.234,7
Receita Previdenciária	Redução na arrecadação	- R\$ 5.427,8
Concessões e Permissões	Revisão da estimativa de receitas do setor ferroviário	- R\$ 2.196,7
Dividendos e Participações	Atualização de projeções de resultados, recebimentos e anúncios de pagamentos além do previsto	R\$ 4.505,6
Demais Receitas	Especialmente impactadas pela retirada da expectativa de ingressos referentes às transações no âmbito do “Desenrola Agências Reguladoras”	- R\$ 4.771,5

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre. Elaboração: Conorf/SF.

Por fim, a projeção para a **receita primária líquida** (deduzidas as transferências por repartição de receita) **apresentou redução de R\$ 3,7 bilhões** em relação à avaliação anterior.

### Despesas Primárias

As projeções do Poder Executivo para as **despesas primárias foram reduzidas em R\$ 7,3 bilhões**. Os principais fatores encontram-se destacados na Tabela 2.

Tabela 2 – Principais variações na despesa em relação ao bimestre anterior

Despesa	Justificativa	Diferença (milhões)
Benefícios Previdenciário	Execução financeira com benefícios normais superior à anteriormente estimada	R\$ 8.194,7
Pessoal e Encargos Sociais	Revisão na metodologia de cálculo empregada para projeção da parcela referente a abono pecuniário, redução da expectativa de provimentos e contratações temporárias e compatibilização com as necessidades informadas pelas áreas orçamentárias das unidades que compõem o Poder Executivo Federal e com a execução realizada.	- R\$ 1.934,7
Créditos Extraordinários	Redução do saldo de créditos extraordinários inscritos em restos a pagar, cancelamento do saldo de Medidas Provisórias do exercício e publicação de novas Medidas Provisórias	- R\$ 4.034,8
Subsídios, Subvenções e PROAGRO	Revisão do Proex Equalização e Financiamento realizado pelo agente financeiro da União, revisão da estimativa de gasto das ações do Plano Safra e aumento na necessidade de financiamento do Proagro conforme informado pelo Banco Central do Brasil.	- R\$ 2.552,0
Despesas discricionárias do Poder Executivo	Cancelamento de despesas discricionárias bloqueadas para cumprimento dos limites individualizados estabelecidos no RFS e incremento do bloqueio de despesas em relação ao 4º bimestre. Aumento de despesas custeadas com recursos de convênio no âmbito do Ministério da Educação.	- R\$ 7.261,8

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre. Elaboração: Conorf/SF.

### Déficit da Previdência

As novas projeções para as receitas e despesas do RGPS levaram a um aumento da projeção para o déficit da previdência em relação à avaliação do 4º bimestre, extrapolando em cerca de R\$ 15,6 bilhões o déficit inicialmente previsto na LOA. Agora, a estimativa para o déficit é de R\$ 296,9 bilhões, frente a R\$ 283,2 bilhões na avaliação de setembro.

### Bloqueio

A estimativa para as despesas primárias sujeitas aos limites estabelecidos pela Lei do Regime Fiscal Sustentável (RFS) chegou a R\$ 2.124,5 bilhões, frente ao limite global de R\$ 2.105,2 bilhões para 2024. Assim como ocorreu nos RARDPs referentes ao 1º, 3º e 4º bimestres, fez-se necessário realizar um bloqueio, desta vez no valor de R\$ 6,0 bilhões, justificado pelo aumento em despesas obrigatórias, especialmente benefícios previdenciários.

## Contingenciamento

O relatório apresentou um déficit esperado de R\$ 65,3 bilhões para o resultado primário. Ao mesmo tempo, um total de R\$ 36,6 bilhões em despesas não serão computadas no resultado primário para fins de cumprimento da meta estabelecida na LDO. Portanto, considerando a meta zero estabelecida nessa lei e o limite inferior do intervalo de tolerância de R\$ 28,8 bilhões (0,25% do PIB) permitido pelo RFS, o RARPD indica ser desnecessário contingenciar despesas.

### 3. CONSIDERAÇÕES DA CONORF

A publicação da última avaliação das receitas e despesas primárias de 2024 mostra que o Poder Executivo, ao menos formalmente, vem respeitando as principais regras fiscais do RFS e se viu livre da necessidade de contingenciar gastos, ainda que às custas de sucessivos bloqueios de despesas nos bimestres recentes, incrementados em R\$ 6,0 bilhões no último período.

No que tange à arrecadação das receitas líquidas, o desempenho do 5º bimestre consolidou uma tendência de queda, atingindo o patamar de R\$ 2.169 bilhões, próximo do recorde de baixa do 3º bimestre e inferior em mais R\$ 20 bilhões ao valor previsto na LOA 2024. Além de se destrinchar as possíveis causas recentes desse desempenho, é digno de nota que o conjunto de medidas planejadas pelo governo para reforçar a arrecadação não surtiu o efeito esperado. Evidência desse comportamento pode ser percebida já na avaliação do 4º bimestre, quando foi observada uma inflexão na previsão da arrecadação decorrente do voto de qualidade do Carf, rubrica mais representativa desse pacote (R\$ 54,7 bilhões previstos no PLOA), que viu seu valor despencar de R\$ 37,7 bilhões (previsto para julho a dezembro de 2024) para R\$ 847 milhões (setembro a dezembro de 2024). Por fim, a falta de detalhamento sobre essa arrecadação nos períodos passados dificultou sobremaneira o acompanhamento do desempenho das medidas previstas na LOA 2024.

No que diz respeito à realização das despesas, novamente se consolida um cenário, observado ao longo de todo o ano, de crescimento de despesas obrigatórias com consequente compressão das despesas discricionárias. As despesas primárias previstas para 2024 estabilizaram-se no nível de R\$ 2.234 bilhões, perto do recorde de alta do 4º bimestre e superiores em mais de R\$ 50 bilhões ao montante projetado pela lei orçamentária. Novamente, o principal contribuinte

para essa escalada já é conhecido desde avaliações anteriores: todos os relatórios deste ano mostraram, consistentemente, ajustes para cima nas rubricas relacionadas a despesas previdenciárias, em especial nas de pagamento de benefícios em geral e, em menor grau, nas relacionadas à LOAS / RMV. Tal tendência só confirma a premente necessidade de se discutirem meios de mitigação da trajetória de crescimento de determinadas despesas obrigatórias, assunto que, espera-se, seja abordado em pacote de corte de gastos prometido pelo Poder Executivo para essa semana.

Deve-se ressaltar ainda o montante de R\$ 38,6 bilhões referentes a créditos extraordinários abertos por medida provisória, não sujeitos ao teto da despesa do RFS e, em regra, computados no cálculo do resultado primário. É relevante considerar que o mecanismo adotado pelo RFS para cômputo dos créditos extraordinários indica que esses deveriam, tratando-se de despesa não considerada na elaboração da LOA, ocupar o espaço entre piso e centro da meta. Entretanto, em 2024, até o momento, R\$ 36,5 bilhões foram excluídos do resultado primário para fins de apuração do cumprimento da meta, de modo que o espaço entre piso e centro da meta foi ocupado por despesas públicas corriqueiras. Este deve ser um ponto de atenção em relação ao cumprimento da meta no próximo ano.

De modo a obedecer aos limites de despesas primárias do RFS, acumularam-se, até então, bloqueios de R\$ 19,3 bilhões, uma contenção total de despesas que supera a do 3º bimestre, de R\$ 15,0 bilhões, entre contingenciamentos e bloqueios. Outrossim, quanto ao cumprimento da meta de resultado primário da LDO 2024, não se observaram grandes novidades na avaliação do 5º bimestre: denota-se estabilização do déficit primário em valor ao redor de R\$ 65,8 bilhões, o que representa, na realidade, melhora de R\$ 3,5 bilhões em relação ao RARDP do 4º bimestre, resultado do incremento do bloqueio de despesas em R\$ 6,0 bilhões neste RARDP. Finalmente, cumpre ressaltar que, a despeito de se demonstrar o cumprimento das regras fiscais do RFS e da LDO 2024, é esperado que o país registre um déficit da ordem de 0,6% do PIB, o que, por um lado, contraria os ditames constitucionais que orientam as finanças públicas a perseguirem uma trajetória sustentável da dívida, mas, por outro lado, representa significativa melhora em relação ao déficit experimentado em 2023, que atingiu o equivalente a 2,1 % do PIB.

## 4. PRINCIPAIS PROJEÇÕES DO PODER EXECUTIVO

Discriminação	RARDP 4B	RARDP 5B	Diferença
1. Receita Primária Total	2.700.1	2.698.0	-2.1
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS, líquida de incentivos	1.691.5	1.697.0	5.5
Arrecadação Líquida para o RGPS	648.2	642.8	-5.4
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	360.4	358.2	-2.2
2. Transferências por Repartição de Receita	527.5	529.1	1.6
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	2.172.6	2.168.9	-3.7
4. Despesas Primárias	2.241.5	2.234.2	-7.3
Obrigatórias	2.043.1	2.043.0	-0.1
Benefícios Previdenciários	931.4	939.6	8.2
Pessoal e Encargos Sociais	373.2	371.3	-1.9
Demais, inclusive as sujeitas à programação financeira	738.4	732.1	-6.3
5. Resultado Primário Acima da Linha (3) - (4)	-68.8	-65.3	3.5
6. Despesas Não Computadas no Resultado Primário	40.5	36.6	-3.9
7. Resultado Primário para Cumprimento da LDO (5) + (6)	-28.3	-28.7	-0.4
8. Centro da Meta de Resultado Primário OFS	0.0	0.0	0.0
9. Limite Inferior da Meta de Resultado Primário OFS	-28.8	-28.8	0.0
10. Margem para o Centro da Meta (7) - (8)	-28.3	-28.3	0.0
11. Margem para o Limite Inferior da Meta (7) - (9)	0.4	0.0	-0.4
12. Despesas sujeitas ao limite da LC 200/2023	2.118.5	2.124.5	6.0
13. Limite	2.105.2	2.105.2	0.0
14. Espaço (+) / Excesso (-) em relação ao limite (13) - (12)	-13.3	-19.3	-6.0
15. Crédito suplementar máximo (art. 14 da LC 200)	0.0	0.0	0.0
16. Excesso (+) / Espaço (-) em relação ao limite (14) + (15)	-13.3	-13.3	0.0

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre. Elaboração: Conorf/SF.

## 5. REFERÊNCIAS E LINKS ÚTEIS

- Acesse o RARDP em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/relatorios-de-avaliacao-fiscal>.
- Acesse as publicações da Conorf em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/estudos-orcamentarios>.
- Site do Tesouro Nacional: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>.
- Site do Ministério do Planejamento e Orçamento: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br>.